



## 12 DE NOVEMBRO DE 2015

### Quinta-feira

- COPEL TEM QUEDA DE MAIS DE 60% NOS LUCROS DO TERCEIRO TRIMESTRE
- ANTECIPAÇÃO DE ICMS VIRA BRIGA JUDICIAL ENTRE ENTIDADES E GOVERNO DO PARANÁ
- MINISTRO DA JUSTIÇA DIZ QUE GREVE DOS CAMINHONEIROS TEM "ABSOLUTO ESVAZIAMENTO"
- PSA DARÁ LUCRO NO BRASIL, DIZ TAVARES
- RANDON SE AJUSTA PARA MERCADO 50% MENOR
- SCHMERSAL APRESENTA NOVO PRODUTO DE SEGURANÇA PARA DOBRADEIRAS HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS
- EPISÓDIO EM CUBATÃO REVELA SITUAÇÃO DRAMÁTICA DA SIDERURGIA, AVALIA IABR
- CÂMARA CONCLUI VOTAÇÃO E EXCLUI POLÍTICOS DE REGRAS DE REPATRIAÇÃO
- ÍNDICE QUE MEDE CLIMA ECONÔMICO NO BRASIL ATINGE MENOR NÍVEL DESDE 1989
- LUCRO DO BANCO DO BRASIL SOBE PARA R\$ 3,062 BILHÕES NO 3º TRIMESTRE
- GENERAL ELECTRIC DEMITE 40 FUNCIONÁRIOS EM TAUBATÉ, SP
- LEVY DIZ QUE BRASIL PRECISA CRIAR AMBIENTE DE CONFIANÇA E SEGURANÇA PARA OS INVESTIDORES
- CARTA DA INDÚSTRIA APONTA AÇÕES INDISPENSÁVEIS PARA A SUPERACÃO DA CRISE
- CRISE É OPORTUNIDADE PARA REPENSAR PROCESSOS E ALAVANCAR PRODUTIVIDADE DO PAÍS
- CNI PROPÕE AJUSTES E CORREÇÕES DE ROTA PARA SUPERAR A CRISE

- BALANÇO DO ÚLTIMO ANO É NEGATIVO PARA A INDÚSTRIA E O PAÍS
- MEIRELLES DEFENDE PLANEJAMENTO E VISÃO DE LONGO PRAZO PARA ASSEGURAR CRESCIMENTO SUSTENTADO DA ECONOMIA BRASILEIRA
- PRAZO CONTESTAÇÃO - FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP) ANO 2015 – VIGÊNCIA 2016
- IBAMA APLICARÁ MULTAS MILIONÁRIAS A MINERADORA POR DANOS AMBIENTAIS
- BRASIL GANHA PERMISSÃO PARA EXPLORAR RESERVA DE MINÉRIO NO FUNDO DO MAR
- PRESIDENTE DA CNI CRÍTICA PROPOSTA DE RETOMADA DA CPMF
- VALLOUREC SAI DE LUCRO E PERDE 164 MILHÕES DE EUROS NO 3º TRIMESTRE
- ANTECIPAÇÃO DE ICMS VIRA BRIGA JUDICIAL ENTRE ENTIDADES E GOVERNO DO PARANÁ
- ARCELORMITTAL BRASIL AMPLIA COMÉRCIO ELETRÔNICO DE AÇO PARA TODO O ESTADO DE SÃO PAULO
- ANTIDUMPING DOS EUA TRAVA EXPORTAÇÕES DA USIMINAS
- PSA MANTÉM PLANOS NO PAÍS, APESAR DE CRISE
- VENDAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CAEM 17,7% EM OUTUBRO ANTE OUT/14, DIZ ABRAMAT
- PLANEJAMENTO CONTESTA ALTA DE CARGA TRIBUTÁRIA
- COBRE OPERA EM BAIXA, COM EXCESSO DE OFERTA EM FOCO
- USINA DE ITAIPU QUEBRARÁ "MARCO MUNDIAL" EM ENERGIA ACUMULADA
- MONTAGEM LOCAL DO EVOQUE COMEÇA DIA 16
- RANDON TEM PREJUÍZO DE R\$ 3,62 MILHÕES NO ACUMULADO DO ANO
- ZF PROGRAMA FORNECIMENTO DE COMPONENTES À FOTON
- FRAS-LE MELHORA RESULTADOS COM CRESCIMENTO DE 29% NO LUCRO
- JUSTIÇA INTIMA BUNGE A REGULARIZAR SITUAÇÃO DE TRABALHO EM USINA DE SP

<b>CÂMBIO</b> <b>EM 12/11/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,794	3,794
<b>Euro</b>	4,090	4,092

**Fonte: BACEN**

### **Copel tem queda de mais de 60% nos lucros do terceiro trimestre**

12/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A Copel apresentou uma queda de 60,8% no lucro líquido em comparação com o mesmo período do ano passado. Conforme balanço divulgado na noite desta quarta-feira (11), a empresa teve lucro de R\$ 91,4 milhões, ante os R\$ 233,4 milhões registrados no terceiro trimestre de 2014.

No mesmo período de comparação, a receita operacional líquida foi de R\$ 3,245 bilhões, valor 1,3% menor que o montante de R\$ 3,287 bilhões do ano anterior.

O Ebitda trimestral somou R\$ 299,2 milhões, retração de 39,7% sobre o mesmo intervalo de 2014. A companhia atribui a queda do indicador à retração de 2,4% no mercado, composto pelas vendas de energia das unidades de distribuição, geração e transmissão e parques eólicos.

Entre janeiro e setembro, o Ebitda alcançou R\$ 1,627 bilhão, variação negativa de 10,6% sobre o ano passado.

O braço de distribuição da Copel registrou o pior desempenho, contabilizando um prejuízo de R\$ 73,1 milhões ante lucro de R\$ 51,3 milhões no terceiro trimestre de 2014. No comunicado, a empresa declarou que a retração do mercado de energia de julho a setembro impactou negativamente nos números, "o que resultou na frustração de receita de R\$ 42 milhões".

A Copel também afirmou que o diferencial de alíquota do PIS/Cofins teve um impacto negativo nas receitas de R\$ 36 milhões. No segundo trimestre de 2015, a Copel Distribuição lucrou R\$ 142,5 milhões.

Já a Copel Geração e Transmissão registrou aumento de 4% no lucro líquido, de R\$ 165,5 milhões no terceiro trimestre de 2014 para R\$ 172,1 milhões no mesmo período deste ano.

A dívida líquida total da empresa saltou de R\$ 3,17 milhões em setembro do ano passado para R\$ 5,78 milhões no mesmo mês de 2015. Com isso, a relação endividamento versus patrimônio líquido subiu de 41,1% para 49,7%.

Já o valor destinado a investimentos caiu 30,9% no período. No terceiro trimestre de 2014 foram investidos R\$ 850 milhões contra R\$ 587 milhões neste ano.

## **Antecipação de ICMS vira briga judicial entre entidades e governo do Paraná**

12/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Um decreto estadual de fevereiro, que disciplina o pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) antecipado a produtos importados comprados através de outros estados, virou briga judicial. Entidades representativas do setor produtivo paranaense e da classe contábil, afetadas pela medida, entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) contra o governo do estado, contestando os efeitos do documento.

O decreto 442/2015 afeta negócios com origem em outro estado, sujeitos à alíquota de 4%. Este tipo de operação no Paraná tem carga tributária de 12%. O decreto instituiu que as empresas devem pagar o valor da diferença entre as duas cobranças (8%), no caso da aquisição de produtos importados em outras unidades da federação.

A mudança na cobrança afetou 89 mil empresas paranaenses, sendo que cerca de 70 mil estão dentro do Simples Nacional. “Isso é uma penalização para as empresas do Simples, já que as do regime normal podem creditar essa diferença do ICMS depois. No Simples isso não é possível.

Essa mudança traz muito prejuízo para estas empresas”, afirma o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná (Sescap-PR), Mauro Kalinke.

Segundo a Receita Estadual, 9.735 empresas paranaenses do Simples deixaram de recolher a diferença no imposto em operações referentes a cerca de 7 mil produtos, com fatos geradores de fevereiro a junho. Entre eles estão roupas, vestidos de noiva, produtos odontológicos, entre outros.

### **Autorregularização**

Todas estas empresas receberam correspondências de autorregularização da dívida enviada pelo fisco, que oferecia aos empresários a condição de regularizar os débitos sem aplicação de multa, mediante denúncia espontânea. O prazo acabou no último dia 30.

Na visão do presidente do Sescap-PR e de outras entidades, a cobrança é irregular. Por isso, o grupo recomendou que as empresas que receberam a cobrança ingressassem com uma defesa administrativa na Receita Estadual, até que a ADIn seja apreciada pelo Judiciário. No momento, a ação se encontra em trâmites internos do Conselho Superior da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional, em Brasília.

A secretaria da Fazenda (Sefa) informou que entre os meses de fevereiro a julho, aproximadamente R\$ 48 milhões de ICMS não foram recolhidos ao estado pelas empresas optantes pelo Simples. Destes, R\$ 12,7 milhões foram recolhidos com o acerto dos comunicados de autorregularização.

“Os demais serão notificados do início da ação fiscal pelo não recolhimento, sujeitando-se às medidas fiscais cabíveis”, informou o órgão em nota.

## **Ministro da Justiça diz que greve dos caminhoneiros tem “absoluto esvaziamento”**

12/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou nesta quarta-feira (11) que a greve dos caminhoneiros está “absolutamente” esvaziada, e as informações do último boletim da Polícia Federal apontam apenas sete pontos de manifestação e apenas duas interdições parciais de rodovias. No Paraná, não há mais fechamentos nas rodovias federais desde as 18h15.

O governo federal apertou o cerco na terça-feira ao anunciar o aumento da multa para quem interditar estradas usando veículos, multiplicando o valor por três, para R\$ 5.746. No estado, a 3.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba ajuizou uma liminar que eleva para mais R\$ 5 mil a multa por obstrução de vias.

A mudança feita por medida provisória, que inclui um novo artigo no Código Brasileiro de Trânsito, também transforma em crime a organização para obstrução de rodovias, com sanção de R\$ 19.154.

“Os números são variáveis mas, comparativamente com outros dias, é uma situação de absoluto esvaziamento”, disse Cardozo depois de uma cerimônia no Ministério do Trabalho e Previdência.

“Continuaremos vigilantes e onde houver interdições, a PRF (Polícia Rodoviária Federal) vai desobstruir e aqueles que interditarem vão ser multados nos valores da medida provisória.”

Grupos de caminhoneiros começaram a greve na segunda-feira, interrompendo algumas rodovias do país, em uma mobilização organizada por meio de redes sociais em protesto contra o governo federal.

Cardozo afirmou ainda que o governo mantém uma mesa de negociações com as entidades que representam os caminhoneiros e que são feitas reuniões quinzenais. No entanto, ele repetiu que o atual movimento é político e não tem pauta.

“Quando tem um movimento que não tem pauta e é claramente político, não tem como negociar. Estamos negociando com as entidades representativas dos caminhoneiros, que foram claramente contrárias a esse movimento”, disse.

## **PSA dará lucro no Brasil, diz Tavares**

12/11/2015 – Fonte: CIMM

“Estamos em um processo de reconstrução econômica, no plano lançado ano passado que chamamos Back in the Race, que já está dando bons resultados e isso também vai

acontecer aqui no Brasil”, disse Carlos Tavares, presidente mundial da PSA Peugeot Citroën, em conversa com jornalistas durante sua visita à fábrica do grupo em Porto Real (RJ) na quarta-feira (11) para o lançamento industrial do novo Citroën Aircross.

Esse disse que a porção da América Latina balanço já voltou ao azul no primeiro semestre, mas o mercado brasileiro, que representa 50% das vendas na região (já foi 60% em 2010/2011) ainda está no prejuízo. Tavares reconfirmou que a meta é retomar os lucros até 2017, e que só quando isso acontecer será possível justificar novos investimentos no País. “Não se faz investimento em algo que não é rentável”, resume.

Ao mesmo tempo em que a busca pela volta da rentabilidade é uma constante na estratégia atual do grupo, Tavares reconhece que o portfólio de produtos Peugeot e Citroën na América Latina ainda não é ideal para ser competitivo na região. “Estamos muito limitados, precisamos participar de mais segmentos”, diz o CEO.

Ele garante que não há contradição entre recuperar o lucro com cortes de custos e a necessidade de se investir em novos veículos. “Com uma coisa conseguiremos fazer a outra. Se entrarmos em qualquer fábrica vamos encontrar toneladas de desperdícios que podem ser cortados. Isso é uma boa notícia, pois já sabemos que é possível tornar a operação rentável e assim voltar a investir”, raciocina.

Por enquanto, a estratégia de recuperação da rentabilidade já custou expressiva perda de participação nas vendas das duas marcas da PSA no Brasil, que de pouco mais de 5% em 2010/2011 desceu para menos de 2,5% agora. Com a retirada dos produtos mais baratos de linha, os carros da Peugeot e Citroën são vendidos acima de R\$ 45 mil, valor que fica fora do alcance de metade do mercado brasileiro.

“A maneira mais fácil de se aumentar a cota de mercado é dar carros às pessoas, mas essa é uma cota tóxica, que não traz valor ao negócio. Não é adequado estarmos abaixo de 5% mas não interessa aumentar a participação sem rentabilidade, porque isso torna a empresa insustentável”, justifica Tavares.

Após parar de vender com prejuízo, o executivo avalia que agora falta “se comunicar melhor com os clientes brasileiros e dar mais confiança aos concessionários”. Outra medida é a quase completa reestruturação da rede Peugeot, que já teve 160 concessionárias em 2010 e deverá ser enxugada para 110. Somente este ano houve um movimento de 70 entradas e saídas de grupos concessionários da marca.

Além do corte de custos fixos, que já alcançou 50% nos últimos três anos no Brasil, também está na mira a redução dos custos variáveis. Nesse sentido, com o dólar no atual patamar, a maior nacionalização de peças voltou a ser preocupação número um.

Os carros feitos no País já têm índice médio de localização acima de 75%, mas a meta é superar 85% nos próximos anos. “Reservamos € 70 milhões para cobrir custos de nacionalização nos próximos três anos, € 50 milhões só no Brasil”, explica Carlos Gomes, presidente da PSA América Latina.

### **Situação degradada**

“A situação no Brasil se degradou com inflação, recessão e depreciação do real. Estamos buscando mais ações e ideias para superar isso. Vou passar os próximos três dias aqui para discutir o que fazer.

Temos questões delicadas a tratar”, admite Tavares, que assumiu o cargo em março de 2014 e lançou oficialmente o plano Back in the Race. Ele nega, no entanto, qualquer intenção de sair do País e reafirma que a montadora está na região para ficar.

“Se eu fosse pessimista não teria aceitado o convite para comandar a PSA no fim de 2013, em um período que a empresa esteve à beira da falência. Aprendi que sempre existe uma maneira de reconstruir os resultados.

Implantamos o plano de recuperação e este ano já alcançamos margem operacional de 5% (no balanço global da companhia), antes do que esperávamos (a meta desse percentual era 2019).

Por isso sequer considero que exista outro caminho para o Brasil”, enfatiza. Para o executivo, o Brasil “pode ser rentável se fizer as coisas certas, tem muito potencial para voltar a crescer”.

No plano de investimento da PSA para o Brasil, a fábrica de Porto Real deveria ter a capacidade dobrada de 150 mil para 300 mil unidades/ano em três turnos. Porém, com o encolhimento substancial do mercado, nem todos os R\$ 3,7 bilhões anunciados foram gastos e a PSA pôs o pé no freio da expansão.

“Nas atuais condições não houve necessidade de ampliar mais e o potencial cresceu para 220 mil/ano”, admite Carlos Gomes. Trabalhando atualmente em apenas dois turnos, a capacidade máxima atual é de 150 mil/ano, porém o total de 2015 deverá ficar bem abaixo desse volume. Em 2014 foram 90,5 mil e a projeção é chegar a 70 mil este ano.

### **Randon se ajusta para mercado 50% menor**

12/11/2015 – Fonte: CIMM

Com domínio de 30% de um mercado que se reduziu quase à metade em 2015, a maior fabricante de carretas do País contabiliza queda de 22% no faturamento e desde o ano passado vem cortando custos para se ajustar ao novo cenário.

“Iniciamos em 2014 uma forte gestão de custos para determinar o que estamos fazendo a mais que é possível enxugar. Mas estamos fazendo isso com critério para não inviabilizar o negócio. Não podemos cortar direto, sem ver o que se está eliminando.

Contratamos uma consultoria especializada para identificar as oportunidades de melhoria de processos e materiais”, explicou David Abramo Randon, diretor presidente do grupo Empresas Randon, em entrevista a jornalistas no primeiro dia da Fenatran, feira de transporte de cargas que acontece de 9 a 13 de novembro no Anhembi, em São Paulo.

Randon avalia ser difícil prever qualquer volume para 2016, mas diz que a maioria das estimativas converge para um ano igual a 2015. “Se crescer será superficial, no máximo 3% a 5%”, diz. “Foi um ano extremamente difícil, mas a crise nos faz sair do status de acomodação, pensar em soluções e inovações, ficamos melhor preparados para o próximo ano”, destaca.

Entre as iniciativas adotadas para melhorar a produtividade, está a centralização das compras para todas as unidades de negócios, que além dos implementos rodoviários também inclui as divisões de autopeças Fras-le, Jost, Master, Suspensys e Caster Tech. “Antes cada um tinha seu centro de compras, com a união de todos eles podemos negociar melhor”, diz Randon.

Outra medida é a racionalização de processos. Exemplo disso foi o fim da fabricação de semirreboques na planta de Guarulhos (SP), toda transferida para a sede de Caxias do Sul (RS).

A unidade paulista ficou só com a linha leve, de implementos montados sobre chassis, uma fatia do mercado que representa menos de 2,5% das vendas da Randon

Implementos atualmente, mas que deve dobrar de tamanho a partir de 2016. "É um segmento que caiu bem menos do que o de carretas e temos penetração muito fraca, por isso temos oportunidade de avançar", avalia o presidente da empresa.

As exportações, que ganharam competitividade com a desvalorização do real diante do dólar, também estão na alça de mira, mas Randon explica que no caso de implementos o benefício é limitado.

"Isso porque a maioria dos mercados para onde exportamos implementos hoje (América do Sul e África, principalmente) também tem sofrido com a alta do dólar. Claro que o câmbio atual ajuda, mas o efeito será menor", calcula o executivo. Mas ainda assim ele estima que as vendas externas da Randon Implementos vão crescer em 2016, superando os 16% que representam hoje do faturamento da divisão.

Randon admite que foi necessário fazer demissões, mas a redução de jornada adotada durante seis meses este ano e o fechamento da porta de entrada, evitando-se novas contratações, "amenizou bastante essa questão".

Ele informa que a empresa atualmente trabalha em turnos completos e que em dezembro deverão ser concedidas férias coletivas em torno de 20 dias. Por enquanto, não está nos planos a adesão ao PPE, Programa de Proteção ao Emprego criado pelo governo que regulamenta a redução de jornada e salários, em parte complementados com verbas do Fundo de Apoio ao Trabalhador, FAT.

### **Tecnologia**

Para manter a competitividade, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento continuam sendo mantidos em torno de 3% a 5% do faturamento líquido. Um dos frutos dessa estratégia é a segunda geração dos painéis Ecoplate, apresentada no estande da Randon na Fenatran.

As placas feitas com polímero PVC e alumínio ou aço são usadas na fabricação das laterais das carretas graneleiras ou baús e tiveram redução de peso reduzido de 5% em relação à primeira geração lançada em 2005. Em uma carreta de três eixos com laterais Ecoplate 2 a diminuição total estimada pode chegar a 500 kg.

Desenvolvida e patenteada pela Randon e moldada com exclusividade para a empresa por um fornecedor, a Ecoplate 2 é 100% reciclável e elimina o uso de madeira na fabricação de implementos rodoviários.

Na comparação com baús de alumínio, as placas de PVC com paredes duplas e estrutura de colmeia têm ainda a vantagem de garantir melhor isolamento térmico, protegendo a carga do aquecimento causado pelos raios solares.

## **Schmersal apresenta novo produto de segurança para dobradeiras hidráulicas e elétricas**

12/11/2015 – Fonte: CIMM

Empresas com a necessidade de adequar suas dobradeiras hidráulicas e elétricas podem contar agora com um produto inovador para gerenciamento de todas as funções de segurança relacionadas ao controle e monitoramento da máquina.

Trata-se do Sistema Laser de Segurança Defender Plus, lançamento desenvolvido pela Schmersal, multinacional alemã especializada em sistemas de segurança.

O Defender Plus é um controlador pré-programado com sistema de segurança desenhado especificamente para melhorar o desempenho e a segurança de prensas dobradeiras.



O produto é indicado somente para dobradeiras hidráulicas e elétricas com duas velocidades, rápida para aproximação da dobra, e lenta de 10mm/s para execução da dobra.

O sistema deste produto é uma solução de segurança completa, com certificado CE e TÜV, além de atender as normas EN12622 / NR12.

O Defender Plus gerencia todas as funções de segurança relacionadas ao controle e monitoramento da máquina como proteções móveis, parada de emergência, escorregamento, velocidade e posição do avental/ferramenta.

O produto conta ainda com um sistema muito rentável por combinar os seguintes itens: monitoramento das portas laterais e traseiras, monitoramento dos botões de emergência, monitoramento da área de dobra por feixes a laser, monitoramento automático de excesso de velocidade e escorregamento, definição e monitoramento automático do ponto de inibição.

É o único que possui todas estas funções, pois, além de monitorar o desempenho da prensa dobradeira, também informa as condições e falhas com mensagens de diagnósticos detalhadas.

### **Episódio em Cubatão revela situação dramática da siderurgia, avalia IABr**

12/11/2015 – Fonte: Época Negócios



O episódio da Usiminas em Cubatão, São Paulo, mostra a gravidade da situação que o setor siderúrgico está vivendo e vem sendo alertada há algum tempo ao governo, diz o presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes.

A decisão da empresa de fechar a unidade até janeiro significará a demissão de 2 mil trabalhadores diretos e pelo menos outros 2 mil ligados à cadeia do aço na região.

De acordo com Lopes, o IABr trabalha em uma nova pesquisa para traçar o diagnóstico da situação do setor. "Asseguro que será ainda mais dramática", disse durante o congresso da Associação Latinoamericana do Aço (Alacero), em Buenos Aires, Argentina.

O balanço divulgado no meio do ano pelo IABr revelava que, até junho, 20 unidades em siderúrgicas estavam paradas e o setor havia demitido 11,2 mil pessoas e colocado em regime de layoff (suspensão de contratos) outros 1,4 mil. A previsão era de pelo menos mais 4 mil demissões até o fim do ano.

Com o episódio de Cubatão a situação deverá se agravar. As siderúrgicas vêm sofrendo com o excesso de capacidade de aço no mundo e uma inundação de importações de produtos a preços muito abaixo do de mercado vindos da China.

O IABr vem alertando sobre a concorrência desleal com o País e outros mercados como a Turquia, que tiveram suas moedas desvalorizadas artificialmente.

As siderúrgicas pedem medidas de defesa comercial, como salvaguardas, e ajuda no acesso a mercados externos. Entre outros pontos, buscam a recomposição da alíquota do Reintegra, medida de compensação tributária às empresas, que foi praticamente zerada.

Para Lopes, é possível que a gravidade do caso Usiminas sensibilize as autoridades e abra mais espaço para que o governo se mobilize em relação ao que o executivo classifica de "desidratação monumental da indústria" nos últimos anos.

"Temos que poder exportar de forma competitiva, já que o mercado interno não tem previsão de recuperação", disse.

Responsáveis por 85% do consumo doméstico de aço, os setores da construção civil, linha branca, máquinas e equipamentos e automotivo enfrentam um momento de crise.

Na semana passada o presidente da Usiminas, Rômelo de Souza, foi chamado ao gabinete do ministro do Trabalho, Miguel Rosseto.

Desde às 5h30 desta quarta-feira, 11, manifestantes realizam um protesto contra a decisão da Usiminas de paralisar a produção de placas de aço da usina em Cubatão (SP).

## **Câmara conclui votação e exclui políticos de regras de repatriação**

12/11/2015 – Fonte: G1

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (11) uma emenda de autoria do PSDB que exclui políticos, servidores e detentores de cargos públicos das regras do projeto de repatriação de recursos do exterior.

O objetivo da emenda é evitar que pessoas citadas nas investigações da Operação Lava Jato possam se beneficiar da regularização de bens e capitais prevista na proposta.

Mais cedo, o plenário já havia aprovado o texto-base do projeto, que regulariza, mediante pagamento de multa, dinheiro enviado por brasileiros ao exterior sem declaração à Receita Federal.

O projeto foi enviado pelo Executivo e é uma das medidas do ajuste fiscal do governo. A votação da matéria foi concluída logo após a aprovação de emenda que exclui políticos da regra. O texto segue agora para o Senado.

"Os efeitos desta lei não serão aplicados aos detentores de cargos, empregos e funções públicas de direção e eletivas, nem ao respectivo cônjuge e aos parentes consanguíneos e afins, até o segundo grau ou por adoção", diz a emenda, assinada também pelo PPS.

O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) disse que a modificação no texto era necessária para evitar que políticos tenham crimes "anistiados", já que o projeto da repatriação prevê a extinção da punição de vários crimes para quem declarar o dinheiro. "Não queremos que políticos ou parentes de políticos se beneficiem de uma anistia", disse o tucano.

Enquanto a emenda era votada, deputados disseram que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), poderá ser diretamente beneficiado com o projeto de repatriação de recursos do exterior. O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) chegou a pedir que o peemedebista deixasse de presidir a sessão.

"Presidente, com todo respeito, em relação a essa matéria, vossa excelência tem interesse individual em relação à votação. O substitutivo apresentado tem relação direta com as declarações dadas no fim de semana. Por esse motivo, vossa excelência não

poderia presidir essa sessão. Se vossa excelência disse que tem recursos no exterior, gostaria de solicitar que chamasse o vice-presidente para presidir essa sessão”, declarou Braga.

Cunha ignorou a solicitação do deputado e continuou a presidir a sessão. Em votação simbólica (sem votação nominal) a emenda que excluiu políticos eleitos das regras de repatriação foi declarada rejeitada, o que causou tumulto no plenário.

Deputados da oposição e do PSOL apontaram o dedo para o presidente da Câmara e gritaram: “Não, Não, Não!”. Eduardo Cunha decidiu, então, submeter a emenda à votação nominal, para que cada deputado registrasse o voto.

Ele também acusou os parlamentares de tentarem “constrangê-lo”. “Há uma intensa manobra para tentar constranger o presidente. E quero deixar bem claro de que a presidência não se sente atingida. Estou dando a nominal de ofício para que não paire dúvidas sobre a posição do presidente”, afirmou.

Investigado na Operação Lava Jato, Eduardo Cunha é também alvo de um processo no Conselho de Ética da Câmara por quebra de decoro parlamentar. Ele é acusado pela REDE e o PSOL, autores do requerimento, de mentir à CPI da Petrobras quando disse, em março, que não possuía contas bancárias no exterior.

Em entrevista ao **G1** e à TV Globo, o presidente da Câmara admitiu ser o “usufrutuário” de ativos mantidos em contas na Suíça, mas negou ter mentido porque, segundo ele, essas contas seriam administradas por trustes- entidades legais que administram bens de um ou mais beneficiários.

### **PL da Repatriação**

Enviado pelo Executivo com o objetivo de aumentar a arrecadação da União, o projeto regulariza, mediante pagamento de multa, dinheiro enviado por brasileiros ao exterior sem declaração à Receita Federal.

Para garantir adesão ao programa de repatriação de dinheiro, o texto prevê anistia a uma série de crimes a quem voluntariamente declarar os recursos enviados ao exterior e pagar, em multa e Imposto de Renda, um percentual de 30% sobre o valor.

Para facilitar a aprovação do texto diante das críticas a essa anistia, o relator da proposta, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), retirou do rol de delitos que poderiam ser perdoados a associação criminosa e o caixa 2.

Poderá ser perdoado, no entanto, quem regularizar valores provenientes de crimes como sonegação fiscal, evasão de divisas, falsidade ideológica, falsificação de documento, sonegação de contribuição previdenciária e operação de câmbio não autorizada. Também não serão punidos crimes de descaminho e lavagem de dinheiro quando o objeto do crime for bem ou valor proveniente dos delitos citados acima.

Pela proposta do relator, quem desejar repatriar seus recursos terá de pagar um percentual 30% sobre o valor, sendo 15% de multa e 15% de Imposto de Renda.

O projeto original do governo previa um percentual de 35% sobre o valor declarado, sendo 17,5% de multa e 17,5% de Imposto de Renda. Ao lançar a proposta com esses percentuais, o governo estimou que a arrecadação trazida com a repatriação ficaria entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões.

## **Índice que mede clima econômico no Brasil atinge menor nível desde 1989**

12/11/2015 – Fonte: G1

O Índice de Clima Econômico (ICE) do Brasil recuou 11% entre julho e outubro, passando de 76 para 68 pontos e atingindo o menor nível da série iniciada em janeiro de 1989, quando bateu 44 pontos. No Brasil, inflação e falta de confiança na política do governo são os principais problemas apontados pelo levantamento.

Esse indicador é elaborado em parceria entre o Instituto alemão Ifo e a FGV tendo como fonte de dados a Ifo World Economic Survey (WES).

O Índice da Situação Atual (ISA) do Brasil, que integra o cálculo do ICE manteve-se, em outubro, no nível mínimo de 20 pontos, que havia alcançado em julho passado.

Na América Latina, o ICE caiu 5% em relação a julho passado, ficando em nível inferior à média histórica pelo 10º trimestre consecutivo. O ICE mundial também recuou no trimestre, 7%, ficando abaixo da média pela primeira vez desde outubro de 2012.

"Na América Latina, a queda no clima econômico foi determinada pela piora das expectativas, já que a avaliação da situação atual da economia ficou estável em relação a julho. Ao nível mundial, houve queda dos dois indicadores", diz a FGV, em nota.

A piora do Índice de Clima Econômico foi disseminada entre as principais economias ocidentais, de acordo com o estudo. O indicador continua em nível favorável nos Estados Unidos e na União Europeia.

No grupo dos BRICS, apenas a Índia registra clima econômico favorável e melhora em relação à última avaliação, em julho. A avaliação do clima na Rússia melhorou, mas não o suficiente para o país passar para a região favorável do ICE. Entre os BRICS, o Brasil apresentou o pior Indicador de Clima Econômico.

"No plano mundial, a falta de confiança na política do governo e a demanda insuficiente são considerados os principais problemas. Na América Latina, a falta de confiança na política governamental reflete um cenário de incertezas."

## **Lucro do Banco do Brasil sobe para R\$ 3,062 bilhões no 3º trimestre**

12/11/2015 – Fonte: G1

O Banco do Brasil, maior banco do país em ativos, anunciou nesta quinta-feira (12) que teve lucro líquido de R\$ 3,062 bilhões no terceiro trimestre de 2015. O resultado ficou 10,1% acima do registrado no mesmo período de 2014 e 1,8% superior ao obtido pela instituição financeira no segundo trimestre deste ano.

No ano, de janeiro a setembro, o banco acumula ganhos de R\$ 11,888 bilhões - acima dos R\$ 8,287 bilhões verificados no mesmo período do ano passado.

De acordo com o balanço, os ativos do Banco do Brasil chegaram a R\$ 1,6 trilhão em setembro, um crescimento de 10% em 12 meses e de 2,7% frente ao trimestre anterior, "favorecido principalmente pela expansão da carteira de crédito ampliada".

A carteira de crédito, que é quanto o banco tem emprestado, cresceu 9,8% em 12 meses e 3,6% no trimestre ao atingir R\$ 804,6 bilhões. O destaque ficou para o financiamento imobiliário, que registrou aumento de 34% em 12 meses e de 6,4% no trimestre.

Um destaque negativo do período foi o salto anual de 40% na despesa com provisão para calotes, para R\$ 6,4 bilhões. Isso depois de o índice de inadimplência acima de 90 dias subir a 2,2%, alta de 0,16 ponto sobre o trimestre anterior e de 0,11 ponto ante igual etapa de 2014.

O BB teve ainda um aumento de 10,1% nas receitas com tarifas, a R\$ 6,9 bilhões. O banco também conseguiu manter sob controle as despesas administrativas, que avançaram 6,3% em 12 meses, a R\$ 8,55 bilhões.

## **General Electric demite 40 funcionários em Taubaté, SP**

12/11/2015 – Fonte: G1

Uma semana após assumir a unidade de negócios de energia da francesa Alstom, a General Eletric demitiu 40 funcionários da nova planta, em Taubaté (SP).

As demissões foram nesta segunda-feira (9) e, segundo a multinacional americana informou, o corte foi para adequar a produção à demanda dos projetos em andamento.

A empresa, que emprega cerca de 1,5 funcionários, produz turbinas e geradores para usinas hidrelétricas.

### **Benefícios**

Segundo o sindicato, foi feito um acordo com os demitidos para o pagamento de benefícios.

Os trabalhadores desligados vão receber normalmente os salários até dezembro, incluso o 13º salário integral, cesta de natal e extensão do plano médico por seis meses ao funcionário e familiares.

## **Levy diz que Brasil precisa criar ambiente de confiança e segurança para os investidores**

12/11/2015 – Fonte: Agência CNI



"O Brasil tem as condições políticas de fazer as reformas necessárias para colocar o país em um novo patamar de crescimento" - ministro Joaquim Levy.]

A agenda do governo para o desenvolvimento do Brasil contém os mesmos princípios e ações propostos pela indústria.

"Nossas agendas são convergentes", disse o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, nesta quarta-feira (11), para uma plateia de cerca de 2 mil líderes empresariais reunidos no 10º Encontro Nacional da Indústria (ENAI).

"Concordamos que o país precisa oferecer um ambiente de confiança e de segurança jurídica para os investidores", acrescentou Levy.

Segundo ele, o projeto do governo é simplificar os impostos, modernizar a legislação trabalhista e ampliar os investimentos em infraestrutura, itens considerados prioritários

pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Antes disso, no entanto, o Brasil precisa enfrentar a questão do ajuste fiscal e criar novas condições de financiamento da economia, afirmou.

O ministro admitiu que o governo enfrenta dificuldades na votação das medidas indispensáveis para o ajuste fiscal. "Nem tudo é fácil", desabafou, sem descartar a possibilidade de elevar impostos para garantir o equilíbrio das contas públicas. "Temos de ter a coragem política de buscar as receitas necessárias para garantir o funcionamento do Estado."

Apesar das dificuldades, o ministro destacou que o país está fazendo avanços importantes. Ele citou como exemplo o aumento da oferta de vagas em cursos de educação profissional e em universidades.

Levy lembrou que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) tem sido um importante parceiro do governo na oferta de cursos de formação profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

"O Brasil está colhendo resultados importantes nessa área", afirmou o ministro. Segundo ele, os investimentos feitos hoje em educação são decisivos para construir o futuro do país.

Ao encerrar sua participação no 10º ENAI, Levy deixou uma mensagem de otimismo aos empresários: "O Brasil tem as condições políticas de fazer as reformas necessárias para colocar o país em um novo patamar de crescimento."

**ENAI** – O objetivo do ENAI, promovido pela CNI nestas quarta e quinta-feira (12), é discutir a crise econômica brasileira e os entraves ao aumento da competitividade. Durante os dois dias, os representantes da indústria vão debater com ministros, parlamentares, empresários e especialistas o tema "Brasil: ajustes e correções de rota".

O encerramento será feito nesta quinta-feira pelo ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, que vai proferir a palestra magna sobre a economia global pós-crise.

## **Carta da Indústria aponta ações indispensáveis para a superação da crise**

12/11/2015 – Fonte: Agência CNI

Documento, apresentado no 10º ENAI, destaca que o país precisa buscar a estabilidade econômica, com o controle da inflação e dos gastos públicos, evitar o aumento da carga tributária e melhorar o ambiente de negócios.

O Brasil atravessa um dos momentos mais complexos de sua história. "É um momento que exige correção de rotas, sentido de urgência e enfrentamento de questões econômicas, políticas e institucionais que são obstáculos ao desenvolvimento pleno do país", diz a Carta da Indústria, divulgada nesta quarta-feira (11) no 10º Encontro Nacional da Indústria (ENAI). O documento identifica os principais problemas e contém propostas para a superação da crise.

"A raiz dos problemas do Estado brasileiro está nas dificuldades de governança e de governabilidade", resumem os empresários. Entre os obstáculos estão o aumento contínuo dos gastos públicos, as pressões pelo aumento da carga tributária, a insegurança jurídica e a ineficiência do Estado.

"Tudo isso reduz a produtividade, a única forma de crescimento sustentável com aumento do bem-estar", resume o texto. "A combinação dos problemas de governança com a

complexidade regulatória gera uma percepção de paralisia, inércia e falta de evolução em temas centrais para a competitividade da economia", completa.

A Carta da Indústria aponta as ações indispensáveis para o país voltar a crescer. Na visão dos empresários, os compromissos fundamentais são:

- **Ajuste macroeconômico.** A estabilidade e a previsibilidade são fundamentais para o crescimento. É essencial garantir as condições para o equilíbrio das contas públicas e o controle da inflação.

Mas esse ajuste tem de ser alcançado com uma agenda crível e com uma trajetória que gere confiança nos agentes sobre a sua sustentabilidade e eficácia.

- **Sustar iniciativas fiscais desequilibradoras.** É fundamental sustar iniciativas que agravam o quadro fiscal de longo prazo, aumentam custos para as empresas, deterioram as condições de competitividade e geram incertezas sobre o futuro.

- **Qualidade do ajuste fiscal.** O problema fiscal brasileiro deve ser enfrentado de forma estrutural. As fontes de pressão sobre o gasto público precisam ser combatidas na origem.

Regras automáticas de expansão das despesas e a falta de atenção às mudanças demográficas precisam ser revistas.

Ao não enfrentar as fontes de pressão, criam-se as condições para ajustes provisórios e de baixa qualidade que penalizam investimentos e elevam a ineficiência do Estado. E mais grave: antecipam a necessidade de ajustes que amplificam a insegurança sobre o futuro.

- **Carga tributária.** É inaceitável o aumento da carga tributária, seja pela criação de novos tributos ou pela elevação das alíquotas dos existentes. O aumento de recursos precisa vir da racionalização das despesas e do crescimento da economia.

- **Simplificação radical do ambiente de negócios e melhoria da qualidade regulatória.** É preciso mudanças que mudem a percepção dos produtores e investidores sobre a qualidade do ambiente de negócios no Brasil - notadamente nas áreas tributária e de relações do trabalho- e que se destravem os obstáculos regulatórios que inibem as decisões de investimentos de vários setores da economia brasileira.

- **Foco nas exportações.** Garantir foco nas exportações por meio de iniciativas que promovam a desburocratização, facilitação do comércio, abertura de mercados e mudança de preços relativos que tornem atraente a atividade exportadora.

- **Infraestrutura.** É a grande oportunidade para a economia brasileira. As mudanças mais expressivas dos marcos regulatórios foram feitas. O fundamental é atuar para que as condições de atração do investimento sejam realistas, rentáveis e seguras.

A qualificação e independência das agências reguladoras é uma condição importante para aumentar a segurança jurídica dos investidores.

- **Produtividade e inovação.** O desenho das políticas e as iniciativas empresariais devem privilegiar a produtividade e a inovação.

É importante que o ajuste macroeconômico não desative instrumentos e ativos que não podem sofrer interrupções, a exemplo das atividades de Pesquisa & Desenvolvimento.

## Crise é oportunidade para repensar processos e alavancar produtividade do país

12/11/2015 – Fonte: Agência CNI



Nas últimas duas décadas, o Brasil experimentou um crescimento muito modesto da produtividade da indústria. O país não conseguiu sustentar a evolução registrada na década de 1990.

Apesar de muitos fatores externos interferirem no desempenho das fábricas, há desafios que precisam ser superados da porta para dentro das empresas. Como fazê-lo foi o cerne do debate do terceiro painel do primeiro dia do Encontro Nacional da Indústria (ENAI).

Na abertura da sessão *Produtividade: soluções ao alcance da indústria*, Vijay Gosula, sócio-diretor da McKinsey Brasil, trouxe uma análise da trajetória da eficiência no país. Na avaliação dele, o perfil de indústria escolhida aqui é de baixa produtividade, mas o momento atual é de repensar a estratégia.

“Tenho convicção de que a crise é oportunidade para repensar produtos, processos e tirar lições para nos tornarmos mais produtivos e termos empresas mais saudáveis”, avaliou.

Marcelo Marx, diretor-geral da gaúcha Delta Frio, comentou como foi a experiência da empresa com o Indústria+Produtiva, programa concebido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e executado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Segundo ele, a iniciativa ajudou a identificar e resolver gargalos na produção a baixo custo e em pouco tempo. “O projeto provocou nosso olhar e encontramos outros gargalos. Realmente é um processo de melhoria contínua e isso pode ser uma realidade para pequenas e médias empresas”, afirmou o empresário.

Iniciativas bem sucedidas como essa evidenciam a necessidade de tornar a busca pela produtividade o objeto de políticas públicas. “De fato, há lacunas nas políticas públicas voltadas para a produtividade.

Precisamos ir além do aumento da produtividade da empresa por si e transformar as cadeias mais produtivas”, afirmou Marcos Otávio Bezerra Prates, diretor do Departamento das Indústrias Intensivas em Mão de Obra e Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

É prática comum entre empresas grandes desenvolver programas de melhoria contínua em busca da maior eficiência possível, mas o assunto deve estar na pauta e no planejamento dos pequenos negócios.

A diretora técnica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Heloísa Menezes, citou iniciativas da instituição para trabalhar a produtividade de empresas e de elos produtivos, mas ressaltou a importância de melhorar a gestão dos negócios.



“É aí que acontecem ganhos muito mais claros. Há empresas que tiveram 25% de ganhos de produtividade com melhora da gestão. Mas chega num limite que ações de gestão precisam ser revisitadas. E é um aprendizado permanente que precisa ser feito no dia a dia”, reiterou.

## **CNI propõe ajustes e correções de rota para superar a crise**

12/11/2015 – Fonte: Agência CNI



Em encontro com 2 mil empresários, o presidente da instituição, Robson Braga de Andrade, defendeu uma reforma da previdência, do sistema tributário, avanços nas relações de trabalho e na regulação das concessões para derrubar os obstáculos ao pleno desenvolvimento do país.

"O momento exige transformações abrangentes. É preciso que o setor público se comprometa com uma profunda melhoria do ambiente de negócios no Brasil" - Robson Braga de Andrade, presidente da CNI.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, afirmou nesta quarta-feira (11) que é preciso ação, construção de consensos e firme decisão política para fazer as reformas que o país necessita para crescer.

Em palestra para 2 mil empresários durante a abertura do 10º Encontro Nacional da Indústria (ENAI), em Brasília, Robson Braga de Andrade defendeu uma reforma da previdência, avanços no sistema tributário, nas relações de trabalho e na regulação das concessões. E destacou a importância de os empresários se mobilizarem para viabilizar as reformas que vão elevar a competitividade da indústria.

"O momento exige transformações abrangentes. É preciso que o setor público se comprometa com uma profunda melhoria do ambiente de negócios no Brasil. A agenda passa pelo reequilíbrio macroeconômico, pois a estabilidade e a previsibilidade são condições fundamentais para o crescimento. Mas o ajuste precisa ser rápido e cirúrgico para minimizar os custos que o acompanham", declarou.



Robson Braga de Andrade defendeu que o problema fiscal deve ser enfrentado de forma estrutural. "É necessário rever regras automáticas de expansão dos gastos, assim como

se deve dar atenção às mudanças demográficas que afetam a Previdência Social”, disse.

A CNI defende ainda que sejam aprovados outros avanços, como na estrutura tributária, nas relações de trabalho, na regulação das concessões e na abertura de mercados para facilitar as trocas no comércio exterior.

O presidente criticou a proposta do governo de elevar impostos. “Rejeitamos, peremptoriamente, as constantes propostas de criação de impostos e de aumento dos já existentes. Não aceitamos a ressurreição da CPMF. Quem produz e cria empregos neste país não suporta mais pagar tanto imposto”, completou.

Presente na abertura, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro, completou que a disputa política não pode prejudicar a implementação das reformas.

“Essa agenda demanda um mínimo de entendimento político. A indústria tem a responsabilidade de, ao lado de outras forças sociais, clamar por um entendimento político que permita que se promova o entendimento em torno de uma agenda mínima que não se destina a ajudar esse governo, mas uma agenda de estado”.

**Veja os pontos que a CNI debaterá com os empresários e o que a entidade defende em relação a essas questões:**

- Reforma tributária precisa simplificar impostos e desonerar investimentos
- Modernização da legislação trabalhista deve privilegiar a livre negociação
- Ampliação da infraestrutura exige investimentos de 5% do PIB
- Produtividade também depende da melhoria da gestão das empresas
- Ação sindical é decisiva para transformar a indústria e o país

### **Balanco do último ano é negativo para a indústria e o país**

12/11/2015 – Fonte: Agência CNI

O balanço dos últimos 12 meses mostra que o Brasil avançou em alguns pontos e retrocedeu em muitos aspectos da agenda da indústria. A avaliação foi feita pelo diretor de Políticas e Estratégias da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Fernandes, nesta quarta-feira (11).

“Foi um ano difícil para a indústria e um ano terrível para a indústria de transformação”, destacou Fernandes, durante o 10º Encontro Nacional da Indústria (ENAI).

Ele apresentou uma avaliação do andamento das propostas feitas na Carta da Indústria de 2014, assinada pelos empresários que participaram do ENAI no ano passado. A carta apresentava a visão da indústria para 2018 na questão tributária, nas relações do trabalho, na infraestrutura, nas políticas fiscal e comercial.

De lá para cá, houve alguns avanços na questão tributária, como a discussão sobre a reforma do PIS-Cofins e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

No entanto, em vez de simplificar o sistema e reduzir a carga tributária, o país convive com a perspectiva de retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de aumento das alíquotas da contribuição previdenciária e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre móveis e automóveis.

Na área de infraestrutura, mesmo com os novos leilões e concessões de rodovias, portos, aeroportos, os investimentos públicos diminuíram, o preço da energia subiu e persistem os entraves do excesso de burocracia e os problemas com o licenciamento ambiental.

Além disso, o país não consegue avançar no ajuste fiscal, o déficit público é maior que o esperado e os juros voltaram a subir.

Na política comercial, os pontos positivos foram o lançamento do Plano Nacional de Exportação, a simplificação dos processos de importação e exportação e a retomada de negociações do acordo de livre comércio com o México. Entretanto, o governo reduziu a alíquota do Reintegra, o programa que devolvia aos empresários parte dos tributos recolhidos nas exportações.

Diante da crise política e econômica e dos retrocessos verificados no país nos últimos 12 meses, o diretor da CNI destacou que o tom da Carta da Indústria 2015 é "o Brasil tem pressa".

### **Meirelles defende planejamento e visão de longo prazo para assegurar crescimento sustentado da economia brasileira**

12/11/2015 – Fonte: Agência CNI



Ex-presidente do Banco Central, executivo analisou o cenário econômico futuro e apontou mudanças que precisam ser realizadas, como melhoras na educação e na redução da carga tributária e da burocracia.

"Temos que viabilizar investimentos, com segurança das regras do jogo e livre competição. Forçar o empresário a investir com determinada taxa de retorno não funciona. Temos que acreditar na livre competição" - Henrique Meirelles.

O crescimento sustentável da economia depende da disseminação, hoje, de boas práticas de planejamento, governança e ações articuladas com foco no longo prazo. O caminho para a retomada da atividade produtiva foi apontado pelo ex-presidente do Banco Central e presidente da J&F Investimentos, Henrique Meirelles, durante o painel *Os cenários da economia brasileira* do 10º Encontro Nacional da Indústria (ENAI).

Apesar de reconhecer a gravidade da crise que o país atravessa, ele avalia que a economia brasileira está mais forte e preparada para a recuperação. "É preciso concluir as medidas de ajuste fiscal e as mudanças estruturais", alertou.

Meirelles descreveu os principais entraves que atualmente limitam o crescimento potencial da economia brasileira. Entre eles, deu especial destaque à educação. Enquanto o país avançou no acesso da população ao ensino e no número de anos de estudo, destacou que a qualidade da educação brasileira ainda está defasada, quando comparada a de outras economias emergentes.

"Esse é um componente muito importante da produtividade e um desafio sobre o qual as lideranças precisam ter foco e objetivos claros", afirmou.

O custo de energia no país – a indústria responde por 57% do consumo nacional –, associado às deficiências na infraestrutura de transportes e serviços de logística, são outros fatores destacados por Meirelles que têm impacto na decisão de investimentos de longo prazo no Brasil.

“Temos que viabilizar investimentos, com segurança das regras do jogo e livre competição. Forçar o empresário a investir com determinada taxa de retorno não funciona. Temos que acreditar na livre competição”, disse.

**BUROCRACIA E TRIBUTAÇÃO** – Meirelles ressaltou ainda que a elevada carga tributária e a redução da burocracia são dois desafios que precisam ser enfrentados. Do lado dos impostos, defendeu o corte nas despesas públicas, um debate que afirmou ser complexo, mas que precisa ser “enfrentado de frente”.

Quanto à burocracia, ele disse que há “muitos empecilhos” à atuação empresarial e dificuldades para se fazer negócios. “Muitas das questões, no entanto, não são tão difíceis de resolver”, avaliou.

Meirelles alertou, no entanto, para riscos de a crise contaminar o setor produtivo por pessimismo excessivo, influenciando decisões de empresários e investidores para redução de suas apostas no crescimento do país.

Ele argumentou que o Brasil tem um mercado consumidor forte e a natureza do investimento produtivo feito aqui deixou de ser especulativo e assumiu papel de estabelecer elos produtivos estratégicos de grandes empresas globais.

“É preciso que todos tenhamos visões realistas de longo prazo para evitar decisões que sejam prejudiciais às empresas e até para o país”, concluiu.

Durante o painel, o executivo respondeu a perguntas feitas pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Glauco Côrte; do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Beto Studart; Astor Schmitt, acionista e executivo de Relações Institucionais da Randon; Ricardo Felizzola, presidente da HT Micron; e de José Eugênio Souza de Bueno Gizzi, presidente do Sinduscon/PR.

### **Prazo Contestação - Fator Acidentário de Prevenção (FAP) ano 2015 – Vigência 2016**

12/11/2015 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados - Sociedade de Advogados

Conforme INFORMATIVO encaminhado em 05/10/2015, por meio da Portaria Interministerial nº 432/2015 dos Ministérios da Fazenda e da Previdência Social, foram disponibilizados os índices de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), considerados para o cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) de 2015, com vigência para 2016.

Considerando a importância deste assunto, uma vez que o índice pode impactar na redução da contribuição a ser recolhida pela empresa, ou na sua majoração, destacamos a seguir os prazos estabelecidos pela referida portaria para apresentação de contestação visando à redução do índice atribuído à empresa:

De 01/10/2015 a 08/12/2015:

- prazo para que as empresas que estiverem impedidas de receber FAP inferior a 1,0000 por apresentarem casos de morte ou de invalidez permanente afastem esse impedimento se comprovarem terem realizado investimentos em recursos materiais, humanos e tecnológicos em melhoria na segurança do trabalho, com o acompanhamento dos sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores.

- prazo para que as empresas que estiverem impedidas de receber FAP inferior a 1,0000 por apresentar Taxa Média de Rotatividade superior a 75% busquem o afastamento dessa

limitação, desde que comprovada a observância das normas de Saúde e Segurança do Trabalho.

De 09/11/2015 a 08/12/2015:

- prazo para que as empresas apresentem impugnação ao índice FAP atribuído pela Previdência Social, questionando os elementos previdenciários que compuseram o cálculo do índice.

### **Ibama aplicará multas milionárias a mineradora por danos ambientais**

12/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) decidiu aplicar multas milionárias à mineradora Samarco, responsabilizada pelo rompimento das duas barragens na região de Mariana, em Minas Gerais.

Segundo a **Folha** apurou, o órgão federal ainda discute o valor total da punição pelos danos ambientais, mas ele trabalha com um montante que deve ultrapassar R\$ 50 milhões.

A lama pelo rompimento das barreiras avançou um raio de mais de 100 km e deixou de prontidão 15 cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo, que são abastecidas pela bacia do Rio Doce.

Há risco de enchente e de desabastecimento de água, segundo a avaliação do Serviço Geológico do Brasil, do Ministério de Minas e Energia, que teme um impacto de grandes proporções.

Algumas cidades já cogitam a suspensão do fornecimento de água assim que a lama atingir rios e córregos. O "tsunami de lama" destruiu a vila de Bento Rodrigues e atingiu outros cinco subdistritos: Águas Claras, Paracatu, Pedras, Fonte do Gama e Camargos.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, antecipou na manhã desta quarta-feira (11) que o governo federal estuda maneiras de aplicar multas à mineradora. Até o momento, o desastre deixou 6 mortos e 21 desaparecidos.

"Se couber a aplicação de multa por parte do órgão federal, nós aplicaremos e seremos rígidos. Vai ter punição, tem de ter a penalização brasileira restaurar ambientalmente, terá de fazer, mas teremos de entender todo o processo e não tive as informações ainda do licenciamento ambiental", afirmou.

Ela também ressaltou que o acidente foi uma "catástrofe ambiental" e que o governo federal deve avaliar a possibilidade de endurecimento na legislação e fiscalização para que novos desastres como este não ocorram.

"Nós temos de avaliar não só a questão das remediações, mas também o caráter preventivo, se a legislação que está posta é suficiente ou não para fazermos esses. Minas

Gerais tem sido objeto de acidentes nos últimos anos de barragens. E com o detalhe importante que esse acidente não está associado a chuvas", concluiu.

## **Brasil ganha permissão para explorar reserva de minério no fundo do mar**

12/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Brasil terá 15 anos para explorar com exclusividade uma reserva mineral no fundo do oceano Atlântico, em águas internacionais, onde espera-se existir grandes quantidades de cobalto, níquel e manganês –minerais usados na produção de baterias e alta tecnologia.

A autorização para explorar a área chamada Alto do Rio Grande, localizada a 1.500 quilômetros do litoral do Rio de Janeiro, foi assinada nesta segunda-feira (9) com a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), um órgão ligado à ONU.

Por estar em águas internacionais, essa cordilheira submersa é considerada "patrimônio comum da humanidade". No passado, embarcações francesas e russas teriam sondado o local. Agora, o Brasil tem exclusividade na exploração da região.

Essa formação rochosa ocupa uma área de 3.000 quilômetros quadrados –o equivalente a duas vezes a cidade de São Paulo. Fica a uma profundidade que varia de 800 a 4.000 metros.

Uma teoria é que a área seria continuidade da plataforma continental brasileira, submersa com a separação dos continentes sul-americano e africano, há cerca de 130 milhões de anos.

A região vem sendo pesquisada há cinco anos pela CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Já foram gastos R\$ 60 milhões nas pesquisas do Atlântico Sul nesse período.

Os geólogos fazem em média uma expedição por ano ao Alto do Rio Grande e ficam de 30 a 40 dias embarcados, mapeando o fundo do mar e recolhendo amostras de rochas. Já foram retiradas 18 toneladas de amostras usando robôs especializados.

### **ACORDO**

O contrato de exploração de minerais em águas internacionais foi assinado até hoje com poucos países, como Rússia, Noruega e França. É o primeiro contrato com um país do Hemisfério Sul, segundo informou a CPRM.

Nos primeiros cinco anos, o Brasil terá que investir US\$ 11 milhões (R\$ 41 milhões) para estudar a biodiversidade local –que pode ter espécies ainda desconhecidas. Serão pelo menos duas expedições para a coleta de dados e de materiais.

Nos anos seguintes, a área será dividida em 150 blocos de 20 quilômetros quadrados cada. Com base em mais mapeamentos e retirada de rochas, serão definidos os blocos com potencial para a exploração comercial.

"No fim do contrato vamos dizer para a ONU o que é comercialmente viável. E vamos buscar parceiros privados para produzir e fazer dinheiro com isso", disse Roberto Ventura, diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM.

A mineração em águas profundas, com exceção da atividade de petróleo, é ainda incipiente no mundo e pouco viável economicamente. Em uma das poucas experiências em curso, a canadense Nautilus explora cobre em Papua-Nova Guiné. Não é uma atividade em águas internacionais e exigiu a criação de uma tecnologia específica para a região.

Para o governo brasileiro, contudo, a iniciativa teria potencial para estimular o desenvolvimento científico e a criação de um parque tecnológico capaz de desenvolver novas tecnologias e equipamentos de ponta.

### **Presidente da CNI crítica proposta de retomada da CPMF**

12/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Andrade, fez nesta quarta-feira (11) uma dura crítica a proposta de recriação da CPMF, medida que é defendida pelo governo. Segundo ele, o setor rejeita a criação de novos impostos.

"Não aceitamos de maneira alguma a ressurreição da CPMF. Quem produz e cria emprego nesse país não suporta mais pagar tanto imposto", disse Andrade, durante a abertura do Encontro Nacional da Indústria. Logo após a crítica, representantes do setor aplaudiram o posicionamento.

Andrade destacou ainda que é preciso pressionar parlamentares para que seja estabelecida uma agenda que permita maior flexibilidade e uma reversão do atual ambiente.

Para a CNI, os atuais problemas da economia decorrem de um Estado mal dimensionado e burocrático, da paralisia na tomada de decisões, das agendas que não evoluem e da insegurança jurídica e excessiva regulação, que estimulam também a corrupção. A reversão disso requer, na visão da entidade, mudanças não apenas conjunturais, mas também estruturais.

"Os desajustes do Estado brasileiro estão na raiz desse desempenho econômico atual, muito aquém aquém do nosso potencial", afirmou Andrade.

O representante do setor industrial cobrou também maior ação do governo e da própria indústria para a reversão desse quadro. "Temos todos os diagnósticos. Precisamos agora de ação, consensos, firme decisão política para fazer as mudanças. A indústria não aguenta mais e o país não aguenta mais", disse.

Essa ação, na avaliação da entidade, precisa ser feita com agilidade para evitar que as expectativas e os indicadores econômicos futuros sejam contaminados. "O ajuste precisa ser rápido e cirúrgico para minimizar os riscos que o acompanham", destacou Andrade.

### **Vallourec sai de lucro e perde 164 milhões de euros no 3º Trimestre**

12/11/2015 – Fonte: Valor Econômico

A fabricante francesa de tubos e peças Vallourec anunciou prejuízo de 164 milhões de euros no terceiro trimestre, revertendo o lucro de 25 milhões de euros registrados no mesmo período do ano passado.

A receita da companhia recuou 35,1% de julho a setembro, para 872 milhões de euros, na comparação anual.

Segundo a Vallourec, o balanço foi afetado pela deterioração do mercado de petróleo e gás, que registrou queda de 39,6% na receita da companhia.

Com o resultado, a companhia espera prejuízo antes de juros, impostos, depreciação e amortização em 2015 — no trimestre, o desempenho foi negativo em 66 milhões de euros.

Olivier Mallet, diretor financeiro da Vallourec, disse que espera que a demanda por tubos da indústria do petróleo seja retomada em algum momento, para abastecer o mercado. A expectativa é de que isso deva acontecer no final de 2016 ou início de 2017.

Com relação ao mercado brasileiro, a companhia afirmou que viu suas receitas recuarem não só apenas no mercado de petróleo e gás como em outros setores da indústria.

A metalúrgica também destacou a deterioração do ambiente macroeconômico brasileiro. "A atividade da Vallourec na região é afetada em particular pela grave desaceleração nos setores automotivo e de construção", indicou a companhia em seu balanço.

## **Antecipação de ICMS vira briga judicial entre entidades e governo do Paraná**

12/11/2015 – Fonte: Contábeis.com

Decreto que determina pagamento da diferença do imposto na compra de produtos importados por meio de outros estados é de fevereiro. Governo diz que estado deixou de receber R\$ 48 milhões.

Um decreto estadual de fevereiro, que disciplina o pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) antecipado a produtos importados comprados através de outros estados, virou briga judicial. Entidades representativas do setor produtivo paranaense e da classe contábil, afetadas pela medida, entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) contra o governo do estado, contestando os efeitos do documento.

O decreto 442/2015 afeta negócios com origem em outro estado, sujeitos à alíquota de 4%. Este tipo de operação no Paraná tem carga tributária de 12%. O decreto instituiu que as empresas devem pagar o valor da diferença entre as duas cobranças (8%), no caso da aquisição de produtos importados em outras unidades da federação.

A mudança na cobrança afetou 89 mil empresas paranaenses, sendo que cerca de 70 mil estão dentro do Simples Nacional. "Isso é uma penalização para as empresas do Simples, já que as do regime normal podem creditar essa diferença do ICMS depois. No Simples isso não é possível.

Essa mudança traz muito prejuízo para estas empresas", afirma o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná (Sescap-PR), Mauro Kalinke.

Segundo a Receita Estadual, 9.735 empresas paranaenses do Simples deixaram de recolher a diferença no imposto em operações referentes a cerca de 7 mil produtos, com fatos geradores de fevereiro a junho. Entre eles estão roupas, vestidos de noiva, produtos odontológicos, entre outros.

### **Autorregularização**

Todas estas empresas receberam correspondências de autorregularização da dívida enviada pelo fisco, que oferecia aos empresários a condição de regularizar os débitos sem aplicação de multa, mediante denúncia espontânea. O prazo acabou no último dia 30.



Na visão do presidente do Sescap-PR e de outras entidades, a cobrança é irregular. Por isso, o grupo recomendou que as empresas que receberam a cobrança ingressassem com uma defesa administrativa na Receita Estadual, até que a ADIn seja apreciada pelo Judiciário. No momento, a ação se encontra em trâmites internos do Conselho Superior da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional, em Brasília.

A secretaria da Fazenda (Sefa) informou que entre os meses de fevereiro a julho, aproximadamente R\$ 48 milhões de ICMS não foram recolhidos ao estado pelas empresas optantes pelo Simples. Destes, R\$ 12,7 milhões foram recolhidos com o acerto dos comunicados de autorregularização.

“Os demais serão notificados do início da ação fiscal pelo não recolhimento, sujeitando-se às medidas fiscais cabíveis”, informou o órgão em nota.

## **Arcelormittal Brasil amplia comércio eletrônico de aço para todo o estado de São Paulo**

12/11/2015 – Fonte: Segs

A ArcelorMittal foi pioneira ao apostar no comércio eletrônico de aço. Com média de 1,5 mil acessos/dia - 80% de novos usuários - a estratégia bem sucedida de se aproximar do consumidor final, será ampliada para entregas em todo o Estado de São Paulo.

O objetivo é oferecer ainda mais facilidade e comodidade aos clientes que não precisarão se deslocar até uma loja especializada para realizar esse tipo de compra. No site [www.lojaarcelormittal.com.br](http://www.lojaarcelormittal.com.br) também são oferecidas condições facilitadas de pagamento (até 10 vezes no cartão de crédito).

“Qualquer pessoa que esteja construindo ou reformando, poderá realizar a compra online. São quase 200 produtos de aços longos, planos e trefilados do nosso portfólio”, informa Henrique Moraes, vice-presidente comercial do segmento de aços longos da ArcelorMittal Brasil.

Uma central de atendimento assegura todo suporte ao usuário e a confiabilidade da entrega. No final de outubro, o site ganhou versão para celulares e tablets, facilitando ainda mais a navegação no portal.

### Sobre a ArcelorMittal Brasil

A ArcelorMittal Brasil é a maior produtora de aços longos e planos da América Latina. Faz parte do grupo ArcelorMittal, maior fabricante de aço do mundo, com presença em mais de 60 países e plantas industriais instaladas em 19 países.

Em 2014, o grupo ArcelorMittal teve uma receita de US\$79,3 bilhões e a produção de aço bruto de 93,1 milhões de toneladas, enquanto a produção própria de minério de ferro atingiu 63,9 milhões de toneladas.

Guiado por uma filosofia para produzir aço de forma segura e sustentável, o grupo ArcelorMittal é o principal fornecedor de aço de qualidade nos mercados globais automotivo, de construção, eletrodomésticos e embalagens, com pesquisa e desenvolvimento de ponta e amplas redes de distribuição.

Por meio de nossos valores fundamentais de sustentabilidade, qualidade e liderança, operamos com responsabilidade em relação à saúde, à segurança e o bem-estar de nossos funcionários, fornecedores e comunidades onde atuamos.

Para nós, o aço é o tecido da vida. Muitos dos produtos e componentes que as pessoas usam no seu cotidiano são feitos à base de aço. Por isso, estamos continuamente pesquisando novas tecnologias e soluções para um mundo melhor.

Além da fabricação e transformação do aço, a ArcelorMittal está presente no Brasil em frentes tão diversas como mineração, distribuição, geração de energia para uso próprio, produção de biorredutor sólido renovável (carvão vegetal), serviços, tecnologia da informação e responsabilidade social.

## **Antidumping dos EUA trava exportações da Usiminas**

12/11/2015 – Fonte: Valor Econômico

Em um evento marcado pela crítica à disparada das importações chinesas de aço na América Latina sob fortes subsídios governamentais, a dificuldade em exportar foi citada pela Usiminas como outro grande problema.

Rômulo Erwin de Souza, presidente da siderúrgica mineira, disse em entrevista que os processos antidumping nos Estados Unidos contra o aço laminado estão tornando a venda no mercado americano "quase impossível".

Durante o 56º Congresso Latino-Americano do Aço, em Buenos Aires, a chamada "concorrência desleal" com a China foi eleita um dos principais fatores de enfraquecimento da competitividade da siderurgia na região. Martín Berardi, presidente da Associação Latino-Americana do Aço (Alacero) e diretor-geral da Ternium Siderar, pediu maior integração na América Latina para agir de maneira coordenada contra o avanço do gigante asiático no mercado global.

Se há cerca de 770 milhões de toneladas de excesso de capacidade no mundo hoje, aproximadamente 65% desse total vem da China, calcula a entidade que reúne as principais siderúrgicas da região.

Mas Souza, da Usiminas, declarou que outro problema afeta a companhia, a dificuldade em exportar. Apesar da desvalorização do real ante o dólar e outras moedas internacionais, vender o produto aos EUA, principalmente, ficou mais difícil com as medidas contra laminados a frio e a quente. Agora, o país abriu processos também contra aços revestidos.

Segundo o executivo da empresa mineira, o real em queda ajuda, mas não resolve o problema da baixa demanda doméstica. Ele lembrou que os preços internacionais estão em queda e a China domina a maioria dos mercados.

No terceiro trimestre, em relação ao segundo, apesar de as vendas de aço da Usiminas terem subido 0,8%, para 427,3 mil toneladas, a receita líquida com essas exportações recuou também 0,8%, para R\$ 631 milhões. Em conversa com analistas, a empresa admitiu que só gerava margem Ebitda nessas vendas, de fato, para Argentina.

Souza informou que se encontrou com Miguel Rosetto, ministro do Trabalho e Previdência Social, para explicar as motivações que levaram ao desligamento das atividades primárias em Cubatão (SP).

A decisão deve causar a perda de aproximadamente 4 mil empregos, criados direta ou indiretamente. "Mostrei a ele as razões técnico-econômicas por trás de nossa decisão", avaliou. O ministro queria suspensão de todas as demissões por 120 dias.

Sobre a concorrência com os chineses, Berardi, da Alacero, disse que o gigante asiático "seduz" a América Latina com financiamentos a custos mais atrativos e tenta influenciar

assim a agenda econômica da região no que tange o comércio exterior. Mas para a indústria, acrescentou que a situação pode se complicar se não houver defesa comercial. "Não queremos protecionismo, queremos nivelamento do jogo", afirmou.

Para ele, não é necessário aceitar recursos da China, que talvez vêm com contrapartidas, se hoje há liquidez no mercado global. Eles podem, do mesmo jeito, vir dos EUA, que já se encontram em recuperação, e da Europa, que começa a retomar sua economia.

Na abertura do congresso, o executivo já havia dito que é importante retomar a integração latino-americana para coordenar os esforços contra essa concorrência. Segundo disse, há espaço na região para industrialização e desenvolvimento, e a indústria do aço teria papel protagonista nesse movimento.

"A coordenação macro é importante. A América Latina deve intensificar a integração regional e negociar com outros blocos de maneira conjunta", afirmou.

### **PSA mantém planos no País, apesar de crise**

12/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

A nova linha de montagem que dobrou a capacidade produtiva da fábrica da PSA Peugeot Citroën em Porto Real (RJ), concluída no início do ano passado, praticamente ainda não foi utilizada. Está à espera da melhora do mercado para entrar em operação, em data ainda imprevista.

O grupo, que já chegou a ter 5,5% de participação no mercado brasileiro, hoje detém menos da metade desse percentual. Suas vendas neste ano caíram 40%, o dobro do mercado total, para 50,6 mil unidades.

Ainda assim, o presidente mundial da companhia francesa, Carlos Tavares, disse que o grupo "está na América Latina para ficar". Segundo ele, a empresa não é oportunista e seguirá com seu projeto. "Vamos encarar a crise no Brasil", afirmou o executivo ontem, após participar da cerimônia simbólica de início da produção em série de novo Citroën Aircross.

Ele afirmou que a empresa pretende focar investimentos futuros em plantas lucrativas, mas espera que isso ocorra na América Latina, e em especial no Brasil, até 2017. "O grupo como um todo esteve perto da falência em 2012; conseguimos reverter a situação e voltamos ao jogo", lembrou ele, referindo-se ao plano de recuperação criado por ele e batizado de "Back in the race". "Sempre há uma solução para qualquer problema", disse o executivo português que assumiu o comando da PSA no fim de 2013.

Naquele período, a companhia fechou diversas fábricas na Europa e demitiu milhares de trabalhadores. O resultado do plano, que consistiu, entre outras ações, em reduzir custos e tirar de linha veículos que não dão retorno financeiro satisfatório, apareceu nos resultados da companhia do primeiro semestre deste ano.

"Obtivemos uma rentabilidade de 5% sobre o faturamento", afirmou Tavares. Na América Latina, o resultado foi "positivo, embora ainda pequeno". A participação da filial brasileira provavelmente foi apenas em corte de gastos. O Brasil já respondeu por 60% a 70% das vendas na região há cinco anos, mas hoje a fatia está abaixo de 50%.

A política adotada globalmente para a recuperação econômica do grupo ainda está sendo aplicada na região. Nos últimos dois anos, vários modelos que não davam retorno foram cortados, entre os quais o Peugeot 207 e a picape Hogar, feitos no Brasil, e o Citroën C4 hatch, fabricado na Argentina.

"Essa política pode ter impacto em participação no mercado, mas essa questão já não é essencial", afirmou Tavares. "Sem rentabilidade, é uma participação tóxica", acrescentou, afirmando que a empresa não pretende "doar carros" ao mercado só para conseguir pontos no ranking de vendas.

Vender apenas modelos de maior valor (acima de R\$ 40 mil) e reduzir descontos também faz parte da atual estratégia. Só com logística, a fábrica carioca conseguiu redução de custos de ? 5 milhões (cerca de R\$ 20 milhões) nos últimos dois anos.

Ampliar a nacionalização dos modelos feitos no País de cerca de 70% para 85% até 2018 é outra meta, que vai consumir 50 milhões no Brasil (cerca de R\$ 200 milhões) e 20 milhões na Argentina, onde o grupo também tem fábrica.

### **Ociosidade**

A ociosidade na fábrica carioca pesa nos resultados da companhia. A ampliação da linha de montagem, concluída no início de 2014, permite à empresa produzir até 220 mil veículos por ano em três turnos e 150 mil em dois turnos. Desde o ano passado a unidade opera com duas equipes e fará no máximo 70 mil carros este ano, ante 90,5 mil em 2014.

"Quando decidimos esse investimento (que consumiu parte dos R\$ 3,7 bilhões programados para 2011 a 2015) havia expectativa de que o mercado brasileiro consumiria 4 milhões de veículos neste ano e 5 milhões até 2020", diz o presidente da PSA Peugeot Citroën Brasil e América Latina, Carlos Gomes. "Hoje, claro que não faríamos isso.

### **Vendas de materiais de construção caem 17,7% em outubro ante out/14, diz Abramat**

12/11/2015 – Fonte: Isto É dinheiro

As vendas de materiais de construção caíram 17,7% em outubro na comparação com o mesmo mês de 2014, de acordo com dados deflacionados de faturamento da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Na comparação com setembro, houve crescimento de 5,5%. No acumulado no ano até outubro, a variação anual foi negativa em 12,3%. Já o resultado acumulado dos últimos 12 meses apresentou queda de 11,5%.

Apesar da retração, uma das maiores do ano até o momento, os números não surpreenderam o presidente da Abramat, Walter Cover. "O resultado negativo de outubro era esperado, tendo em vista que outubro de 2014 apresentou vendas excepcionalmente altas", disse.

O executivo afirmou que os próximos meses devam ser de estabilidade na queda do faturamento. "Comparado a setembro houve melhora e essa pode ser uma tendência para os próximos meses, com resultados mais equilibrados", acrescentou.

Em outubro, o nível de emprego na indústria de materiais caiu 7,5% em comparação com igual mês de 2014. Em relação a setembro, a queda foi de 0,7% e no acumulado janeiro a outubro, houve 4,9% de retração.

### **Planejamento contesta alta de carga tributária**

12/11/2015 – Fonte: EM.com

Um trabalho do Ministério do Planejamento busca desmontar a narrativa de que há um contínuo aumento da carga tributária no Brasil para bancar despesas que não pararam de crescer, de um Estado excessivamente generoso. Segundo o estudo, a carga tributária parou de crescer há bastante tempo, e, se medida em conceitos mais estritos, está até

caindo.

O levantamento mostra que a carga tributária nacional em 2014 era igual a de 2005. Quando se leva em conta apenas a carga tributária federal, houve queda neste período.

Se forem retiradas as receitas do FGTS e do Sistema S (de instituições como Sesi, Senai e Senac), que não bancam gastos públicos, a carga tributária federal em 2014 estava no nível de 2004.

E se forem descontadas tanto as receitas do FGTS e do Sistema S quanto as receitas previdenciárias, a arrecadação federal em 2014 era um ponto porcentual do PIB inferior à de 2002.

Parte da resistência à CPMF e a outras medidas do ajuste fiscal, no seu lado pela arrecadação, deriva da ideia de expansão incontrolável do Estado à custa do contribuinte. O estudo do Planejamento contesta frontalmente esse argumento.

A carga tributária nacional em 2014 foi de 33,5% do PIB, recuando 0,4 ponto porcentual do PIB em relação a 2013.

O número é quase o mesmo que o de 2005, 33,6%. Já a carga federal em 2014 foi de 22,9%, menor que a de 23,4% em 2005 - o que mostra um aumento relativo da carga de Estados e municípios.

O bom desempenho da economia, depois que foi estabilizada na primeira metade da década passada, levou à formalização e à elevação da massa salarial, o que teve grande impacto arrecadatório na Previdência e outras receitas ligadas à economia formal, como o FGTS.

A arrecadação do FGTS e do Sistema S subiu 0,5 ponto porcentual do PIB desde 2005. Essas receitas não cobrem gastos públicos. Se forem retiradas da conta, a carga federal de 20,6% em 2014 recuou ao nível da registrada em 2004, de 20,5%.

A arrecadação previdenciária evidentemente cobre gastos públicos, mas a área técnica do Planejamento nota que é o tipo de aumento de receita que cresce independentemente da ação do Executivo e do Legislativo e "cria a própria despesa".

Mais gente contribuindo para o INSS significa um universo maior de pessoas acessando os benefícios do sistema. Se as contribuições individuais sobem porque os salários aumentaram, também se elevam os benefícios.

## **Previdência**

As contribuições previdenciárias dos regimes do setor privado e do funcionalismo tiveram salto de 1,4 ponto porcentual do PIB entre 2003 e 2014. Se esse aumento for descontado, junto com o das contribuições do FGTS e do Sistema S, houve recuo da arrecadação federal entre 2002 e 2014, de 15,4% do PIB para 14,4%.

Na visão do Planejamento, as causas da estabilização da carga nacional desde a década passada - e da federal, que em conceitos mais restritos até sofreu queda - são o fim da CPMF em 2007 (compensado só parcialmente pelo aumento do IOF), a política de desonerações a partir de 2009 e algumas tendências da economia, como o aumento relativo do setor de serviços ante a indústria.

## **Cobre opera em baixa, com excesso de oferta em foco**

12/11/2015 – Fonte: EM.com

Os contratos de cobre operam em queda em Londres e em Nova York, motivados por vendas a descoberto e pela ampliação dos estoques do metal básico disponíveis no mercado. Com isso, o desequilíbrio entre oferta e demanda provoca nova baixa nas cotações.

Perto das 9h20 (de Brasília), o cobre para três meses recuava 0,66%, a US\$ 4.893,50 a tonelada na London Metal Exchange (LME). Às 9h30, o cobre para dezembro caía 0,99%, a US\$ 2,1960 a libra-peso, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

"Nós tivemos um influxo de cobre no depósito da LME e isso enfraqueceu o preço do metal", disse William Adams, diretor de pesquisa da Fastmarkets.

## **Usina de Itaipu quebrará "marco mundial" em energia acumulada**

12/11/2015 – Fonte: UOL

A usina hidrelétrica de Itaipu, compartilhada por Paraguai e Brasil, alcançará nesta quinta-feira um "marco mundial" em produção ao chegar a 2,3 bilhões de megawatts por hora (MWh) de energia acumulada em 31 anos de funcionamento, informou em comunicado.

O número supera amplamente outras grandes hidrelétricas que entraram em operação antes de Itaipu, a primeira do mundo em geração de energia, mas a segunda em tamanho após a usina das Três Gargantas, na China, que produziu 900 milhões de MWh em 12 anos.

A energia acumulada por Itaipu nessas três décadas é também maior do que a da hidrelétrica Guri, na Venezuela, com 1,3 bilhão de MWh produzidos desde 1978. De acordo com a nota de Itaipu, seriam necessários 420 mil barris de petróleo diários para produzir a energia gerada pela usina nos 31 anos de funcionamento. E os números são alcançados apesar de uma situação hidrológica desfavorável devido à escassez de chuvas.

"Isso equivale dizer que Itaipu evitou a emissão de 890 milhões de toneladas de CO2", afirmou o comunicado.

Itaipu possui 20 unidades geradoras e 14.000 MWh de potência instalada, dos quais 17% da energia é consumida no Brasil e 75% pelo Paraguai. A produção anual da usina é suficiente para atender o consumo elétrico mundial por dois dias, o da China por sete dias e dos Estados Unidos por oito dias.

O Paraguai tem direito à metade da energia gerada em Itaipu, mas consome perto de 10% por sua menor demanda e pela falta de uma linha de distribuição eficiente. O restante é vendido ao Brasil, que paga US\$ 360 milhões anuais pela energia desde 2011.

## **Montagem local do Evoque começa dia 16**

12/11/2015 – Fonte: Automotive Business

A fábrica Jaguar Land Rover de Itatiaia (RJ) começa a montar na segunda-feira, 16, sua primeira unidade do Range Rover Evoque. Ainda não se trata de produção em série, mas de caráter experimental, para ajustar a operação. "Só começaremos para valer quando eu tiver a certeza de que atingimos a qualidade desejada", afirma o diretor de operações

Neale Jauncey. Isso deve ocorrer no primeiro trimestre de 2016. Os carros serão parcialmente montados no Brasil. As carrocerias virão armadas e pintadas da Inglaterra. "A pintura local não deve ocorrer antes de dois ou três anos", diz Jauncey. Os motores e transmissões também virão prontos.

Entre os componentes nacionalizados ele citou bancos, revestimentos, sistema de exaustão, vidros e baterias. Atualmente, 100 operários contratados passam por diferentes treinamentos em Itatiaia. "Eles já receberam qualificação pelo Senai e também tiveram noções sobre manufatura enxuta", afirma Jauncey.

Os líderes estiveram por três meses na Inglaterra para transmitir seus conhecimentos e em uma sala todos podem simular por um programa de computador os processos de montagem. O trabalhador testa sua habilidade em quatro níveis de dificuldade.

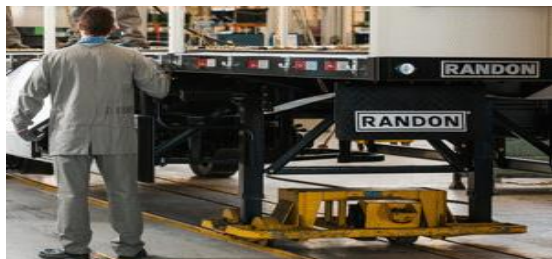
"No último estágio ele tem de provar que decorou a sequência", afirma o gerente de manufatura Carlos Carrinho. Os treinamentos práticos ocorrem de diferentes formas. Em uma das estações os trabalhadores simulam o processo de montagem em pequenas carrocerias de madeira.

Eles também aprendem a desmontar e montar novamente o interior do veículo e instalar componentes elétricos. Identificar peças e utilizar a parafusadeira para apertos em ângulo faz parte do processo de aprendizagem.

A Jaguar Land Rover tem capacidade instalada para 24 mil carros/ano em Itatiaia. Além do Evoque será montado no Brasil o Discovery Sport. Este seria o primeiro produto local, mas o sucesso de vendas do Evoque e o treinamento mais avançado para este modelo resultaram na mudança de planos. Até 2020 a Jaguar Land Rover deve investir R\$ 750 milhões na unidade.

## **Randon tem prejuízo de R\$ 3,62 milhões no acumulado do ano**

12/11/2015 – Fonte: Automotive Business



A Randon encerrou os nove meses do ano com **prejuízo** de R\$ 3,62 milhões, informa em comunicado divulgado na quarta-feira, 11. A situação é bastante diferente do resultado verificado há um ano, quando a empresa reportou lucro de R\$ 162,3 milhões, embora tenha sido 13% menor no comparativo anual.

Queda do desempenho da economia, altos estoques das montadoras de veículos comerciais pesados, baixa confiança, juros e inflação alta são apontados pela companhia como fatores que impactaram os negócios diretamente.

O faturamento bruto total incluindo mercado interno e externo fechou com queda de 24,2% no período, para R\$ 3,14 bilhões contra os R\$ 4,14 bilhões registrados de janeiro a setembro de 2014.

O faturamento não foi menor pelo melhor desempenho da receita no mercado externo, que cresceu 9,5% ao atingir R\$ 382,9 milhões. Já a receita líquida diminuiu 20,3%, para R\$ 2,28 bilhões. O lucro bruto consolidado fechou os dez meses em R\$ 481,8 milhões,

retração de 33,8%. Ainda no acumulado, houve queda de 84,2% no EBIT, passando de R\$ 297,2 milhões em 2014 para R\$ 46,9 milhões em 2015.

“A crise nos faz eleger prioridades e nos obriga a sermos mais eficientes, mas também nos mostra novas oportunidades”, analisa o presidente das Empresas Randon, David Abramo Randon, ao avaliar os resultados, que segundo ele, poderiam ser piores diante da complexidade da crise.

Para o executivo, a diversificação e variedade do portfólio da marca ajudou a contornar as adversidades do mercado. Ele elencou as ações da empresa para trabalhar em um mercado que caiu pela metade.

Problemas relacionados ao desempenho econômico e preços de commodities na América do Sul e África não permitiram manutenção dos volumes de venda para estas regiões, informa o relatório. Já os países do Nafta responderam por 34% das vendas ao exterior.

Nas operações instaladas fora do Brasil a receita bruta total melhorou, passando de US\$ 83,9 milhões nos dez meses de 2014 para US\$ 109,7 no mesmo acumulado deste ano. Somadas as exportações e as receitas geradas pelas unidades no exterior alcançaram US\$ 231,1 milhões no período, retração de 1,8%.

Segundo o diretor financeiro e de relações com investidores, Geraldo Santa Catharina, melhoras em alguns indicadores de mercado estão sendo percebidas, especialmente no setor de implementos rodoviários, motivadas por condições especiais de financiamento para a venda de estoques.

Já em autopeças, os fracos volumes de produção de veículos comerciais refletem negativamente no desempenho das empresas controladas do grupo Randon, embora as atuais taxas de câmbio favoreçam as fabricantes locais, criando oportunidades de exportação.

A participação de mercado da Randon durante os nove meses no mercado de implementos foi de 25,5% contra fatia de 27% verificada em mesmo intervalo de 2014, com a venda de 22,5 mil unidades. Já a divisão de vagões ferroviários viu as vendas crescerem 40,5% no acumulado, para 1,39 mil unidades.

Na divisão de autopeças, a Randon destaca que a manutenção do cenário de queda de produção de ônibus, veículos rebocados, caminhões leves e pesados, somada às constantes paradas programadas das montadoras reforçaram ainda mais a necessidade das suas empresas a ajustarem seus volumes.

Por outro lado, a Fras-le obteve resultados animadores com lucro líquido quase 30% maior que no ano passado, uma vez que a maior parte de seu mercado está concentrado no segmento de reposição e exportação, que neste momento é ainda mais favorecido pelo câmbio.

## **ZF programa fornecimento de componentes à Foton**

12/11/2015 – Fonte: Automotive Business

A **ZF** divulga alguns detalhes de seu contrato de fornecimento de componentes para a Foton, fabricante chinesa de caminhões que pretende nacionalizar a produção a partir do primeiro semestre de 2016.

A operação em Guaíba, região metropolitana de Porto Alegre (RS), será abastecida com a transmissão ZF 6S500 de seis marcas e com embreagens produzidas pela companhia.



Os conjuntos equiparão os caminhões 10-16DT, de 10 toneladas, que está em etapa final de testes no Brasil. Segundo a fornecedora, a transmissão traz tecnologia da sexta marcha Overdrive, permitindo que o motor trabalhe em rotações menores e aumente a economia de combustível. O veículo da Foton será o único da categoria no Brasil equipado com a tecnologia.

Para Frederico Colella, gerente de vendas de transmissões OEM da ZF, a parceria é uma vitória. "Estamos muito satisfeitos com a nomeação no Brasil, que partiu da China, onde já temos um excelente relacionamento comercial, com o fornecimento de diversos modelos em variados segmentos", destaca.

A Foton já confirmou 34 fornecedores para sua operação local. Entre as empresas confirmadas estão Cummins (motores), Knorr (conjunto de freios), Sachs (embreagens), Maxion (chassis e rodas), Dana (eixos e cardan), Voss (conexões), Pirelli (pneus), Monroe (amortecedores), Bepo (tanque de combustível), Rassini (feixes de mola), Heliar (baterias) e ThyssenKrupp (barras estabilizadoras). Apesar da expressiva queda nas vendas de caminhões em 2015, a Foton garante que o projeto de fazer veículos no Brasil está mantido.

### **Fras-le melhora resultados com crescimento de 29% no lucro**

12/11/2015 – Fonte: Automotive Business

A **Fras-le** melhorou sua performance financeira mesmo diante da queda do mercado brasileiro. A fabricante de autopeças alcançou lucro líquido de 44,6 milhões no acumulado de janeiro a setembro, com crescimento de 29% na comparação com igual período de 2014. A receita bruta somou R\$ 871,4 milhões, com evolução de 11,4%.

"Foi possível obter evolução nas receitas de vendas e nos principais indicadores operacionais, fato que se deve, principalmente, à diversificação de mercados e segmentos em que a Fras-le atua", apontou em comunicado o diretor-superintendente de relações com investidores, Ricardo Raimer. O executivo destaca ainda o aumento do portfólio da empresa no período com foco em expansão das margens.

A empresa também se beneficiou da valorização do dólar em relação ao real, já que 49,9% das receitas foram obtidas fora do Brasil. No ano passado a participação das exportações nos negócios foi menor, de 46,9%.

Ainda assim, o faturamento em dólar sofreu queda de 12,6%, para US\$ 101,6 milhões. Segundo a fabricante, a baixa foi motivada por alterações na plataforma logística nos Estados Unidos. Variações cambiais afetaram ainda a competitividade da companhia em países da África, Europa e Oriente Médio.

A performance até setembro garante à Fras-le boas perspectivas para o último trimestre de 2015. A fabricante de componentes espera manutenção dos resultados obtidos até então.

Para isso, a empresa promove uma série de ações internas, como a utilização mais eficiente do parque fabril e dos recursos disponíveis para atender a demanda de mercado.

"Com as unidades no exterior se consolidando nesta estratégia global, triangulação fabril Brasil-Estados Unidos-China e também unidades de distribuição e escritórios regionais mais próximos dos clientes, é possível acreditar em uma tendência de avanços contínuos", avalia Raimer.

## Justiça intima Bunge a regularizar situação de trabalho em usina de SP

12/11/2015 – Fonte: Época Negócios



A Justiça do Trabalho em São José do Rio Preto (SP) aceitou pedido de liminar feito pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra a Usina Moema e Álcool, localizada em Orindiúva (SP), acusada de irregularidades. A companhia tem como um dos sócios a Bunge Açúcar e Bioenergia.

Conforme o MPT, a Usina Moema e Álcool mantém "um histórico com irregularidades relativas ao meio ambiente e jornada de trabalho".

A decisão do juiz Leandro Catelan Encinas, da 3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto, estipula 12 obrigações a serem cumpridas pela empresa em até 15 dias após sua intimação. Na ação, o MPT pede o valor mínimo de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos.

Segundo uma das denúncias, a empresa não realizava o "aguamento" das principais vias de acesso e de trânsito das plantações, fazendo com que os trabalhadores, durante o transporte, inalassem, juntamente com a poeira, substâncias tóxicas aplicadas na plantação. Além disso, a empresa não teria pago o deslocamento dos trabalhadores que se iniciava fora de Orindiúva.

Os trabalhadores ainda perdiam 30 minutos de deslocamento da sede da usina até as frentes de trabalho e o mesmo tempo para retornarem aos seus municípios, não sendo computado pela empresa como hora de trabalho. Segundo o MPT, nos últimos dois anos a empresa foi autuada 21 vezes pela Gerência Regional do Trabalho e Emprego por infrações trabalhistas.

Entre os procedimentos determinados pela liminar, a Usina Moema não poderá prorrogar jornada de trabalho além do limite legal, deverá conceder ao empregado descanso semanal de 24 horas consecutivas e registrar os horários de entrada, saída e repouso praticados pelos empregados de estabelecimentos com mais de 10 trabalhadores.

Procurada, a Bunge afirmou que a "Usina Moema, adquirida em 2010, adota as melhores práticas de gestão - incluindo as práticas trabalhista e ambiental - sendo, por isso, reconhecida com uma das referências no setor", em nota ao Broadcast Agro, serviço em tempo real da Agência Estado. "Em relação à ação civil pública, a Usina Moema informa que apresentará sua defesa, contestando todas as alegações do MPT de São José do Rio Preto."